

Professor Felicíssimo Belino e a primeira escola para os Kaingáng: a memória compondo a história e a história registrando a memória*

*Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi** , Ana Lúcia Vulfe Nötzold****

Resumo

O registro da criação da primeira escola para os Kaingáng e de seu primeiro professor indígena, Felicíssimo Belino, fazem parte da história desta etnia do Oeste catarinense. A escola foi criada em 1937, por iniciativa do juiz Antonio Selistre de Campos, que atuou na Comarca de Chapecó/SC no período de 1931 a 1947. O ano em que a escola foi criada está inserido nos planos educacionais do Estado Novo (1937-1945), em que a educação deveria partir do centro para a periferia, a fim de adaptar as escolas às características regionais. Seguindo a metodologia da etno-história, utiliza-se na categoria de fontes escritas o artigo de Antonio Selistre de Campos, publicados no jornal A Voz de Chapecó e, na categoria de fontes orais, entrevistas realizadas na Terra Indígena Xapecó/SC.

Palavras-chave: Educação; Escola; Felicíssimo Belino; Kaingang; Memória.

Localizada a cerca de 30 quilômetros do município de Xanxerê/SC, na região do Oeste Catarinense, a Terra Indígena Xaçepó é sede de 16 aldeias distribuídas em 15.623 hectares. As aldeias vão se formando e sendo nomeadas pelas lideranças indígenas, na medida em que a população vai se aglutinando em determinado local dentro da TI. A população aproximada é de 7.500 pessoas.

Nos documentos escritos e nos relatos de memória em história oral, os mais velhos rememoram a existência da escola para os indígenas, que ficava na região do Banhado Grande, localidade próxima à aldeia Jacu – sede da TI Xaçepó e foi fundada em 1937, pelo jurista Antonio Selistre de Campos.

Selistre de Campos nasceu em Santo Antônio da Patrulha/RS em 1881, e em 1904 mudou-se para Porto Alegre junto com a família, onde cursou a Faculdade de Direito, formando-se em 1909. Foi nomeado Juiz Estadual para a comarca de Campos Novos/SC em 1914 e a partir de então atuou em outras comarcas catarinenses. A partir de 1931 assume definitivamente a comarca de Chapecó/SC, momento em que teve contato com os Kaingáng. A manifestação pública a favor destes indígenas deu-se primeiramente pela defesa da terra, contra a intenção econômico-extrativista do madeireiro passofundense, Alberto Berthier de Almeida, o qual tinha interesse na área de araucárias da região, que abrangia igualmente a terra ocupada pelos Kaingáng.

Por meio da publicação de artigos nos jornais da cidade, principalmente no jornal *A Voz de Chapecó*, a defesa do juiz estendia-se também aos temas da educação e da saúde. O fato de ter sido fundador desse jornal facilitou a circulação das notícias e dos problemas enfrentados pelos Kaingáng, apresentando à população local e regional, a realidade vivida por esses indígenas.

Durante o período que cursou Direito em Porto Alegre, Antonio Selistre de Campos conheceu Getúlio Dornelles Vargas e, por várias vezes, manifestou em artigos sua estima pelo então presidente. Com base nas fontes e nas entrevistas com o senhor Raul José de Campos¹, pode-se considerar a ação de implantar uma escola

para os indígenas no ano de 1937, uma forma de contribuir com o projeto desenvolvimentista e nacionalista de Vargas, que estava voltado para atender as características de cada região.

O aspecto que marcou o período do Estado Novo (1937-1945) foi o governo centralizador que dissolveu o Congresso Nacional e os legislativos estadual e municipal, assumindo as responsabilidades dos Poderes Executivo e Legislativo, abrangendo setores da economia, saúde e educação.

Uma das iniciativas de Vargas no primeiro período de seu governo, nos inícios dos anos 30, foi a decisão da educação partir do centro para a periferia, sendo criado o Ministério da Educação e Saúde em novembro de 1930. Além disso, a educação deveria considerar a adaptação das escolas às características regionais, o que levava a um plano educativo não uniforme (FAUSTO, 2003, p. 331-340).

Em 06 de abril de 1936, foi aprovado por Vargas o Decreto nº. 736², que deu novo regulamento às atividades do SPI³. Destaca-se o item “b” do Artigo 1º, onde propõe *pôr em execução medidas e ensinamentos para a nacionalização dos selvícolas, com o objetivo de sua incorporação à sociedade brasileira*, cujo artigo recebeu reforço no Capítulo 2 desse mesmo decreto intitulado “Da Nacionalização e Incorporação dos Índios”, onde essas medidas recebem algumas classificações, dentre elas, *escolas primárias e profissionais*. Estas escolas, segundo o decreto, poderiam ser criadas pelo SPI ou, por iniciativa de particulares.

Igualmente na década de 30, o SPI iniciou a implantação de diversas escolas em comunidades indígenas, cujo objetivo era a integração do indígena à sociedade nacional, por meio de um processo gradativo em que a cultura étnica seria substituída pela cultura civilizada e civilizadora, resultando na cultura nacional e dominante (TAUKANE, 1999, p. 111-113).

A Legislação Indigenista apresenta breve retrospectiva e análise

No Brasil, desde o século XVI, a oferta de programas de educação escolar às comunidades indígenas esteve pautada pela catequização, civilização e integração forçada dos índios

à sociedade nacional. Dos missionários jesuítas aos positivistas do Serviço de Proteção aos Índios, do ensino catequético ao ensino bilíngüe, a tônica foi uma só: negar a diferença, assimilar os índios, fazer com que eles se transformassem em algo diferente do que eram. Nesse processo, a instituição da escola entre grupos indígenas serviu de instrumento de imposição de valores alheios e negação de identidades e culturas diferenciadas (MAGALHÃES, 2002, p. 217).

O jornal *A Voz de Chapecó* veiculou notícias sobre a escola para os indígenas e o professor Felicíssimo Belino, que ministrava aulas para seus pares. Este fato levou a observar o diferencial em relação aos processos implantados pelo Governo Vargas, SPI e missionários, em que o sistema de educação era conduzido por não-indígenas⁴; enquanto que na escola de 1937, a educação era conduzida por um indígena.

A criação da primeira escola para os Kaingáng e o professor Felicíssimo Belino

Halbwachs comenta sobre como os registros históricos chegam até o presente, uma vez que, na maioria das vezes que se estuda o passado, não se é testemunha dos acontecimentos nele ocorridos, pois, *não me foi possível ser testemunha do próprio acontecimento; atenho-me aqui às palavras que ouvi ou li, sinais reproduzidos através do tempo, que são tudo o que me chega desse passado* (HALBWACHS, 1990, p. 59). Assim, as fontes primárias e secundárias, sejam elas escritas ou orais, são de fundamental importância para acessar diferentes versões do passado e acompanhar o processo histórico no tempo em suas mudanças, atualizações, reelaborações e retomadas.

Os documentos demonstram o relacionamento que Antonio Selistre de Campos mantinha com os indígenas e, da mesma forma, os indígenas sentiam-se para com ele, pois diziam que *ele foi o único homem que atendeu o índio. Quando chegava o índio era mesma coisa que atender o filho dele* (FAG-JÓ-TÁ, 1978). Devido a seu cargo de juiz e o respeito que a comunidade nutria por ele, exerceu algumas influências articulando cargos dentro do SPI, a exemplo da indicação de Francisco

Siqueira Fortes para o cargo de encarregado do Posto Indígena da TI Xaçecó, no período de 1942 a 1948. Com este, mantinha correspondências registrando a preocupação com a educação, em carta datada de primeiro de outubro de 1942: “Permita-me lembrar a conveniência de não cansar de insistir com os índios para não deixarem os Indiozinhos faltarem à escola e insistir com estes, os Indiozinhos, para que não faltem” (Regional Sul do CIMI, 1977).

Em registros da Ata da Escola Básica Vitorino Kondá⁵, número 10/98, datada de 08 de dezembro de 1998, o senhor Orides Belino (-2003), que foi cacique na TI Xaçecó no período de 1999 a 2003, “sugeriu que o nome do Colégio que é Vitorino Kondá, mudasse para Prof. Felicíssimo Belino, que foi o primeiro professor a ensinar na área Xaçecózinho...”⁶

Em entrevista de história oral, o senhor Floriano Belino (1928-) contou que no Imbu não tinha escola, e, referindo-se a escola no Banhado Grande, disse: “nós falava lá de vim nessa, desse Felicíssimo, no Banhado Grande, era muito longe, daí pra essa daqui, pra vim de lá, só se parasse na casa do home, do Felicíssimo”⁷.

O primeiro registro sobre a escola para os indígenas e seu professor Felicíssimo Belino está na memória também de não-indígenas, como se observa no relato de história oral da então diretora da Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkrê, a professora Eliane Trevisan Cassol⁸:

Desde 1912 já havia professor que atendia as crianças da comunidade, o atendimento era realizado nas casas, sendo que em 1947 tiveram como professor Felicíssimo Belino, que era pago pelo Sr. Selistre de Campos, as aulas eram ministradas debaixo das árvores (NÖTZOLD, 2003, p. 21).

POLLAK (1989, p. 11) discorre que as lembranças, muitas vezes, não estão relacionadas às datas em sua precisão, mas sim, a alguma ordem sensorial que marca o momento e fica registrada na memória de quem viveu o fato e depois o transmitiu por meio da oralidade. É o que se percebe no relato de CASSOL⁹, em que a data diverge dos

documentos escritos. Atribui-se o fato aos mecanismos de memória, uma vez que a escola representa ser algo antigo e, por algum motivo, a data de 1912 foi escolhida pelos indígenas que, por meio da oralidade, transmitiram dentro de sua comunidade.

NÖTZOLD¹⁰ (2003), através da metodologia de história oral e ARRUDA (2002, p. 44), na utilização de documentos, comungam da mesma menção quanto à existência dessa escola.

Em um desses documentos, Antonio Selistre de Campos escreveu que os Kaingáng:

são em número superior a quatrocentas almas e estão disseminados pelos toldos conhecidos pela designação de Jacu, Banhado Grande, Pinhalzinho e Chapecó. No mesmo documento menciona que em sua quase totalidade são analfabetos, salvo um ou outro, que fora criado na casa de alguma família não índia, que os ensinara a ler ou algum índio vindo de algum dos toldos do Paraná. Porém, conheceu apenas um índio, de nome Pedro Luiz, que sabia ler e escrever, e que ouviu falar de outro, que lecionava primeiras letras na casa de Christiano dos Santos, morador no mesmo município (CAMPOS, sem data).

Esses documentos, em sua importância, permitem acompanhar as condições cotidianas dos indígenas que foram registradas por Antonio Selistre de Campos, e também, na comparação com o tempo presente, a dedicação ao estudo como meio de enfrentarem e superarem as dificuldades relativas ao preconceito e ao acesso à educação. O documento ora apresentado compõe-se de 7 laudas, e em sua primeira página informa que *esses humildes silvícolas vivem em extrema pobreza, não tem escolas, embora haja aproximadamente talvez 70 ou 80 crianças em idade escolar e nunca os poderes públicos se preocuparam em construir estradas para a zona que habitam*. Posteriormente, a escola criada por Antonio Selistre de Campos, passou por processo de municipalização, conforme divulgado em cinco de março de 1950 no jornal A Voz de Chapecó:

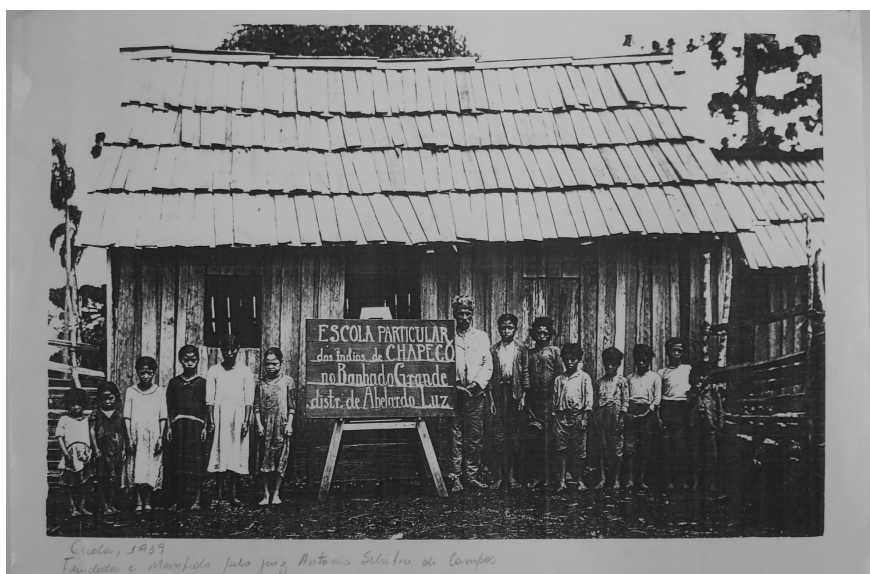
Índios

Os Índios Caingangs de Chapecó, antes que o S.P.I. extendesse sua ação até os seus toldos, com os próprios recursos e trabalhos pessoais, construíram uma casa para escola, modesta embora, mas fizeram, funcionando as aulas, com um professor particular, depois transformada em escola municipal, até que finalmente foi creada uma escola do serviço federal. Fazem roças, plantações e trabalham na extração de herva mate.

A escola, embora modesta como mencionado no artigo, foi construída pelos próprios indígenas e Antonio Selistre de Campos registrou em fotografia enviando-a ao filho Raul José de Campos, com o seguinte manuscrito em seu verso: *Escola dos Índios, fundada e mantida por mim. Pela marcenaria, não honra o fundador, vale, porém, a intenção.* 15-Fev 1939.

Na fotografia apresentada a seguir, observa-se ao lado direito do quadro, o professor Felicíssimo Belino ladeado por seus alunos.

FIGURA 1 – Escola dos Índios



FONTE: CEOM, Chapecó/SC.

No mesmo artigo publicado no jornal *A Voz de Chapecó*, com o título *Índios*, Antonio Selistre de Campos se refere ao preconceito, vinculando esse tema à educação e à escola. O preconceito foi a matriz que permeou todo o artigo, inspirado a partir de matéria publicada no jornal *Diário de Notícias*, de Porto Alegre, datado de 8 de outubro de 1949. Na escrita, deixa registrada sua indignação ao desinteresse e desconhecimento sobre a temática indígena por parte de alguns autores de artigos, publicados em meios de comunicação com circulação abrangente, pela influência que exercem na opinião pública:

É Lamentável que jornalistas, ou pessoas que fazem parte da imprensa brasileira, se abalancem a escrever em jornais de vasta circulação sobre os nossos Índios, sem terem estudado, lido alguma coisa ou ao menos manifestado algum interesse em conhecer o que significou, e ainda hoje representa, esse importante fator na constituição da nacionalidade brasileira.

Nesse trecho inicial, o autor refere-se à formação da identidade nacional, sendo esta considerada por CHAUÍ como “ideologia do “caráter nacional brasileiro”, a nação é formada pela mistura de três raças – índios, negros e brancos – e a sociedade mestiça desconhece o preconceito racial.” CHAUÍ ainda faz o contraste, o contraponto da formação da identidade, em que a “*identidade nacional*” *pressupõe a relação com o diferente* (2004, p. 26, 27).

O exercício da identidade, segundo HALL (2000, p. 107-109), não é imutável, mas constantemente se apresenta em mecanismo de mudança e transformação, construído a partir das diferenças. Sendo assim, a formação da identidade está ligada não só ao passado, mas à interação com os acontecimentos do presente, em que os recursos influenciam não no que nós somos, mas no que nos tornamos.

Na seqüência do artigo, o juiz ressalta as diferenças, inclusive entre os indígenas, peculiares à suas etnias:

Erra o reporter, de inicio, quando, citando Fernando de Azevedo com dados extraídos de seu livro – *A Cultura Brasileira*, referentes a característicos fisionômicos de uma ou outra tribo, procura generaliza-los a todos os Índios brasileiros, contrariando a realidade, como se sabe, e até na escola primaria se aprende, que havia diferenças pronunciadíssimas de agrupamentos raciaes, com tipos completamente diferenciados, fisicamente e em variados graus de civilização, embora, incipiente (*A Voz de Chapecó*, 05 de março de 1950).

E no parágrafo seguinte, insere o tema do preconceito aos indígenas, o qual, atualmente, ainda permanece na sociedade não-indígena como uma decorrência histórica do contato, da dominação e de algumas resistências culturais diferenciadas nascidas da ignorância:

Depois diz o jornalista que os índios a quem falou, pediram, como não podiam deixar de o fazer, são suas palavras – dinheiro. Não só para fumar como para beber, por que é uma raça condenada pelo alcool, pela sífilis e pela desnatalidade.

Esquece o jornalista, se é que algum dia soube, que esse vicio e molestia, os pobres Indios adquiriram após terem entrado em contacto com os civilizados.

E finalizando o artigo, sugere ao repórter ampliar sua leitura sobre a temática indígena:

Se o ilustre repórter dos Diarios Associados nos permitisse a liberdade e tivesse o desejo de fazer um juízo seguro sobre os Indios brasileiros, daqui lhe enviaremos o parecer, não queremos dizer conselho, de ler o Prefacio do General Rondon, ao livro *Indios do Brasil*, da autoria do coronel Lima Figueiredo, em 2ª edição da Livraria José Olimpio e a *Viagem ao Brasil*, de Jean de Lerry e nada mais.

Em 7 de maio desse mesmo ano, num artigo de primeira página do jornal *A Voz de Chapecó*, o qual vem sem assinatura, o autor lamenta que a “imprensa dos jornaes das capitaes dos Estados, quando se refere aos nossos Indios, o fazem em linguagem depreciativa, injuriosa e em regra, injusta.” O autor refere-se a essa

matéria publicada no jornal *Diário de Notícias*, e ainda à outra, veiculada no jornal *Correio do Povo*, ambos de Porto Alegre/RS. Nesse último jornal foi publicada a fotografia de um pobre homem que costuma perambular pelas ruas da cidade gaúcha de Santo Ângelo, classificando-o como ébrio habitual e índio.

Ao abordar o assunto, o autor desse artigo registrou ainda que, “queremos crer que tal procedimento não seja originado de ódio ou preconceito contra os humildes silvícolas brasileiros, e sim por displicencia ou indiferença por esse capital problema etnológico, qual seja o estudo dos Índios brasileiros”, mencionando que em edições passadas do jornal *A Voz de Chapecó*,

A pequena tribo existente de Índios Caingangs, à margem direita do rio Chapecosinho, neste município, no Toldo Jacu, contíguo ao denominado Banhado Grande, com os próprios recursos e trabalhos, construíram uma casa, embora de madeira, para funcionamento de uma escola e residência do professor, este também índio, no ano de 1937. Chama-se o dito professor Felicíssimo Belino e conta hoje mais de 70 anos de idade, tendo, o Governo Catarinense lhe prometido uma pensão de Cr\$ 300,00 mensaes.

A ação contra o preconceito - tendo como referencial modificador a educação e a escola -, estão presentes nesses artigos, bem como a chamada para a *indiferença* relativa ao *estudo dos Índios brasileiros*.

Os artigos publicados que mencionam o professor Felicíssimo Belino são anteriores a 1950. No ano de 1949, o jornal trazia um pequeno histórico sobre o referido professor e o trâmite de pleito para sua aposentadoria em consequência a sua dedicação prestada ao ensino:

Felicíssimo Belino

O nome acima, que serve de título a estas linhas, é o de um humilde brasileiro, que em sua mocidade exerceu a profissão de professor particular de primeiras letras.

No ano de 1937 foi criada uma escola municipal, no lugar denominado Toldo Banhado Grande, no distrito de Abelardo

Luz, neste município.

Não havendo candidato ao preenchimento da dita escola, com quitação militar, pessoa habilitada.

Felicíssimo Belino, para atender à vontade dos Índios, moradores do dito Toldo, foi ali lecionar particularmente. (A Voz de Chapecó, 30 de outubro de 1949)

No mesmo texto, ainda consta que o professor Felicíssimo Belino foi nomeado professor municipal durante o mandato do prefeito Sr. Pedro da Silva Maciel (1936/1939) em Chapecó:

Mais tarde, quando exercia o cargo de Prefeito Municipal o sr. Pedro da Silva Maciel, foi concedida uma subvenção mensal de cr\$ 50,00 (cincoenta cruzeiros), ao dito professor, que posteriormente viu recompensado seu esforço e dedicação ao ensino, com a nomeação de professor municipal.

O acompanhamento da leitura permite conhecer o estado de saúde do professor e a dificuldade em relação à sua aposentadoria:

Passaram-se alguns anos e, ultimamente, no ano findo, tendo Felicíssimo Belino adoecido gravemente, não mais pode atender convenientemente ao ensino de seus alunos.

Em janeiro do corrente ano, continuando doente o humilde professor, mediante atestado medico, fornecido pelo Chefe do Posto de Saúde do Estado, em Chapecó conseguiu uma licença de seis meses, para tratamento de saúde.

No jornal A Voz de Chapecó, datado de 20 de fevereiro de 1949, encontra-se registrada publicamente a concessão de licença médica do professor Felicíssimo Belino:

Prefeitura Municipal de Chapecó

Portaria de 4-2-1949

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e nos termos do artº 155, letra a. combinado com o artº. 157, do Decreto-Lei nº. 700, de 28 de outubro de 1942, resolve:

Conceder Licença

A Felicissimo Belino, ocupante do cargo de professor Municipal, padrão <G>, do Quadro Único do Município, com exercício na escola mista Municipal da localidade denominada <Banhado Grande>, no distrito de Abelardo Luz, neste

Município, de 6 meses para tratamento de saúde, conforme atestado médico.
Prefeitura Municipal de Chapecó, 4 de Fevereiro de 1949.
Vicente Cunha
Prefeito Municipal
Norberto José Lunardelli
Fiscal Dist. Resp p. Secretario Municipal (A Voz de Chapecó, 20 de fevereiro de 1949).

As fontes revelam que o professor Felicíssimo Belino, não obtendo melhora, solicitou prorrogação da licença de saúde a qual não foi concedida:

... finda a mesma, não pode obter prorrogação.
Não melhorou, e, como solução para sua situação triste e precária, teve de pedir exoneração. Felicíssimo Belino é descendente de Índios Caingang, conta 78 anos de idade e está em extrema pobreza (A Voz de Chapecó, 30 de outubro de 1949).

Nesse trecho do artigo, encontram-se informações sobre as condições de pobreza, dificuldade no tratamento com a saúde e o questionamento: por que sua licença não foi renovada?

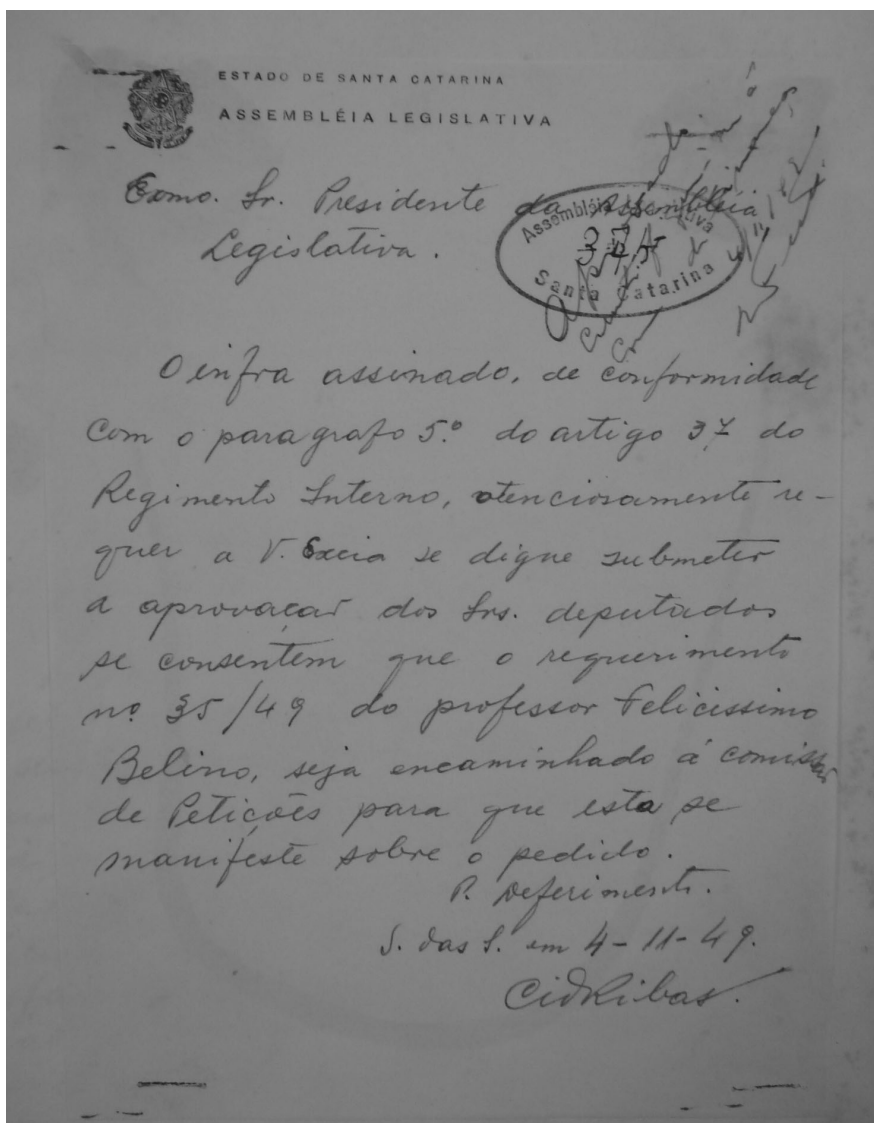
O artigo longo, mas necessário na sua correlação dos temas abordados por Antonio Selistre de Campos, e as articulações em diferentes instâncias em prol dos Kaingáng, ultrapassando os limites urbanos de circulação do jornal:

A conselho de um amigo dirigiu uma petição Á Assembléia Estadual de Santa Catarina, solicitando uma pensão.
Parece-nos que será o caso de uma aposentadoria, mas o pobre homem não é mais professor, porque foi aconselhado a pedir exoneração de seu cargo e, na sua humildade, supondo não ter outro caminho a seguir, pediu e “obteve” sua demissão.
Será que o caso é insolúvel?

Em documento datado de 4 de novembro de 1949, cinco dias após a matéria ter sido publicada no jornal, o deputado Cid Loures Ribas encaminhou requerimento solicitando a aprovação, por parte dos deputados, da aposentadoria de funcionário público do professor Felicíssimo Belino.

Observa-se no topo do documento, a seguir, que tal solicitação foi aprovada para encaminhamento no mesmo expediente.

FIGURA 2 - Requerimento de Aposentadoria do Professor Felicíssimo Belino



FONTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

Pela leitura que se fez dos documentos, entende-se que os Kaingáng receberam incentivo na valorização da educação desde a implantação da escola, refletindo atualmente no interior da aldeia, na importância atribuída ao estudo.

Testemunha-se este fato no depoimento do Cacique Orides Belino, quando participou da abertura do Curso de Extensão em Auxiliar e Técnico em Enfermagem Kaingáng, em Aula Magna proferida em 2002 na Sala dos Conselhos da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, numa ação conjunta entre o Laboratório de História Indígena/LABHIN¹¹, a UFSC e o Curso de Enfermagem:

A pior coisa da vida é o preconceito, a discriminação. Ao longo da história fizeram que o povo indígena não conseguisse caminhar com as próprias pernas, mas tá aí uma demonstração de que nós estamos vivos. E isso demonstra que com a vontade, queremos um dia melhor. (...) Damos um passo e quebramos um preconceito mostrando a vontade, de que os índios têm suas qualidades.

Eu sempre lutei por isso professor Rodolfo¹², que um dia eu chegava aqui, né, com luta, com garra, sem brigar. O tempo da briga foi o tempo da escravidão, do preconceito, da discriminação. Mataram muito meu povo por ser radical, por serem guerreiros, contra o meu povo.

Nós temos que guerrear hoje no papel, nós temos que guerrear na democracia, na inteligência,... E digo pro Sr., se eu cheguei aqui não foi com briga. Foi com muita dedicação, carinho e humanidade. Igualdade de pensamento. E pensava assim, um dia eu chego lá no prof. Rodolfo, que eu tenho certeza que vai abraçar a causa indígena (BELINO, 2002).

A Constituição Federal de 1988 assegurou aos povos indígenas a implantação de currículos diferenciados, com o objetivo de atender suas especificidades. Além disso, a Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989, cumprindo a carta magna, assegurou às comunidades indígenas *processos próprios de aprendizagem* (NÖTZOLD, 2003, p. 19-20).

NÖTZOLD desenvolve pesquisas na área de educação indígena e relata que, a partir de 1989, *a ampliação da escolaridade básica foi pioneira no sul do país*, uma vez que ao terminarem a 4^a

série do ensino fundamental nas escolas da TI Xaçecó, os alunos, ou abandonavam os estudos, ou seguiam para centros maiores a fim de concluí-los.

De 1989 aos tempos atuais, as lideranças e as famílias conseguiram o transporte escolar¹³ entre as aldeias da TI Xaçecó, facilitando o acesso à educação e a continuidade dos estudos na Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkrê. *No final do ano 2000, a Escola formou a primeira turma de ensino médio em escola localizada em Terra Indígena, sendo pioneira no país* (NÖTZOLD, 2003, p. 29).

NÖTZOLD ainda analisa que a Constituição Federal possibilitou o currículo diferenciado, mas foi por meio do Núcleo de Educação Indígena/NEI que o currículo foi de fato viabilizado¹⁴.

Percebe-se no esclarecimento quanto a sua própria história e direitos, o meio pelo qual tem ocorrido a superação de obstáculos presentes na vida indígena, revelado na fala que foi proferida pelo Cacique Orides Belino, direcionada aos componentes da mesa, na ocasião o Reitor da UFSC professor Rodolfo Pinto da Luz, representantes da FUNAI, representantes do Estado de Santa Catarina, aos seus pares indígenas e a todos os presentes na Aula Magna.

Considerações Parciais

Nos artigos redigidos por Antonio Selistre de Campos, encontram-se registros que compõem a história dos Kaingáng, em que se constatou o empenho para assegurar o direito à terra e ao desenvolvimento, tanto da educação, quanto da saúde. Empenho este que transformou, num primeiro momento, a cultura indígena devido à implantação de um plano de educação do governo desenvolvimentista de Vargas.

Recentemente, as escolas nas comunidades indígenas passaram por novos significados, representando um meio para *assegurar o*

acesso a conhecimentos gerais sem precisar negar as especificidades culturais e a identidade grupal. Das 16 aldeias na TI Xaçecó, 10 estão servidas por escolas de ensino fundamental e uma, atende ao ensino fundamental e médio, totalizando 11 escolas (PIOVEZANA, 2007, p. 108, 109).

Nas pesquisas de campo à TI Xaçecó, percebe-se que a *conquista da cidadania*¹⁵ se dá por meio da educação, em que os professores indígenas são também alunos universitários. O acesso ao conhecimento geral, na conjugação da valorização da própria cultura em suas especificidades, tem contribuído para essa conquista.

Além das pesquisas de campo, é também nas entrevistas realizadas com os indígenas, que compreende-se a importância da memória no processo de revitalização da cultura indígena evidenciado pelos Kaingáng, por meio da educação. A trajetória neste campo de conhecimento, aprendizado e ensino diferenciado, demonstra que uma das vitórias está na composição do quadro de docentes da Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkrê¹⁶, localizada na aldeia Jacu, em sua quase totalidade com professores indígenas.

Os indígenas passaram - e se adaptaram - por aprendizados, mudaram alguns hábitos decorrentes da escassez da matéria-prima na confecção de artesanatos, na escassez das ervas medicinais e para combater doenças as quais não tinham imunidade, adaptaram-se aos remédios farmacológicos, mas ainda conservam parte de suas tradições. Apesar das mudanças em seus hábitos, continuam a ser índios. Com tranquilidade e respeito ao próprio tempo, vão fazendo suas conquistas, conhecendo e reivindicando seus direitos, porém aguerridos para demover obstáculos provenientes do preconceito de serem índios.

Notas

* Versão modificada de extrato do capítulo 3 da Dissertação de Mestrado em História Cultural, pelo Programa de Pós-Graduação em História/UFSC, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Vulfe Nötzold, intitulada A História dos Kaingáng da Terra Indígena

Xapecó(SC) nos artigos de Antonio Selistre de Campos: *Jornal A Voz de Chapecó* 1939/1952, apresentada e defendida à Banca Examinadora em 19 de fevereiro de 2008. ** Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC; integrante do LABHIN/Laboratório de História Indígena/UFSC.

***Etno-Historiadora, Professora Doutora do Departamento de História, Coordenadora do LABHIN/Laboratório de História Indígena/UFSC.

¹ Raul José de Campos é Promotor Público Aposentado, reside em Porto Alegre/RS. É o filho mais novo de Antonio Selistre de Campos. Concedeu entrevistas a Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi em 06/02/2006 e 19/07/2007 em Porto Alegre/RS.

² Decreto nº. 736, de 06 de abril de 1936. Acervo FUNAI, Paranaguá/PR.

³ O Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais/SPIILTN, foi instituído em 1910; serviço laico diferenciando-se da catequização e assistencialismo religioso, com o objetivo de atender aos indígenas e inicialmente também aos trabalhadores nacionais. Em 1918, o SPIILTN cindiu-se e a Localização dos Trabalhadores Nacionais/LTN juntou-se ao Serviço de Povoamento do Solo, passando a chamar-se Serviço de Proteção aos Índios/SPI. In: SILVA, Lígia Osorio. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996, p. 299-302.

⁴ A responsabilidade da educação indígena passou da FUNAI para o Ministério da Educação/MEC por meio do Decreto nº 26 de 04 de fevereiro de 1991, e deste, para as secretarias estaduais de educação, que na opinião de Magalhães, criou-se uma situação de acefalia no processo de gerenciamento global da assistência educacional dos povos indígenas. O ensino diferenciado exige das instituições e órgãos responsáveis a definição de novas dinâmicas, concepções e mecanismos, tanto para que estas escolas sejam de fato incorporadas e beneficiadas por sua inclusão no sistema oficial, quanto para que sejam respeitadas em suas particularidades. MAGALHÃES, 2002, p. 218, 219 e 225.

⁵ A partir de fevereiro/2000, por decisão coletiva da comunidade Kaingáng da TI Xapecó, passou a denominar-se Escola Indígena de Educação Básica Caciue Vanhkrê.

⁶ Ata da Associação de Pais e Professores/APP da Escola Básica Vitorino Kondá, nº. 10/98 de 08 de dezembro de 1998. Acervo LABHIN/UFSC.

⁷ BELINO, Floriano. Entrevista concedida a Jackson Perez, Talita Daniel Salvaro e Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi. *Terra Indígena Xapecó/SC*, 23 de abril de 2007. O Senhor Floriano Belino, residente da TI Xapecó desde 1941/42, vindo da área do Imbu, hoje distrito de Abelardo Luz, foi cacique da TI Xapecó, no período de 1966/1973.

⁸ A professora Eliane Trevisan Cassol foi diretora da Escola no período de 1990 a 2003.

⁹ CASSOL, Eliane Trevisan. Entrevista concedida à Ana Lúcia Vulfe Nötzold. Florianópolis, 12 de junho de 2000.

¹⁰ Para maiores informações sobre a educação e o ensino diferenciado remete-se o leitor às pesquisas de NÖTZOLD, 2003, na totalidade do capítulo 1.

¹¹ O LABHIN – Laboratório de História Indígena está localizado no prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas/CFH do Departamento de História da UFSC e foi fundado em 05 de novembro de 1998 pela Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Vulfe Nötzold. Tem dentre seus objetivos, através da pesquisa com a etno-história e das pesquisas a campo, realizar estudos com as populações indígenas incentivando a pesquisa histórica étnica, percebendo a diversidade sócio-cultural e suas perspectivas de futuro. Web site LABHIN: <http://www.cfh.ufsc.br/~labhin/>

¹² Rodolfo Pinto da Luz foi Reitor da UFSC nos períodos de 1984/1988 e 1996/2004.

¹³ Sendo responsabilidade da Secretaria do Estado da Educação e do Município de Xanxerê.

¹⁴ O NEI foi criado em 31/03/1995, junto à Secretaria de Estado da Educação e do Desporto de Santa Catarina, oficializado pela Portaria 4038/95/SED e ratificado pela Portaria E414/1996. NÖTZOLD, 2003 p. 30. Diretamente vinculado à Diretoria de Ensino Fundamental, responsável pela proposição de diretrizes educacionais e pela implantação de uma escola que contemplasse “os quatro princípios da Educação Escolar Indígena: especificidade, diferença, interculturalidade e bilingüismo, com base no

Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas". PIOVEZANA, Leonel. A educação no contexto indígena Kaingáng. In: NÄCKE, Aneliése; RENK, Arlene; PIOVEZANA, Leonel, BLOEMER, Neusa Maria Sens, 2007, p. 106.

¹⁵ Uma alusão ao Projeto, Kaingáng: na conquista da cidadania, de autoria de Ana Lúcia Vulfe Nötzold.

¹⁶ A partir de 1975, a comunidade indígena em idade escolar, que, desde 1960, recebia escolarização de 1ª a 4ª série na Escola Estadual São Pedro (localizada na Aldeia Água Branca – TI Xaçecó), passou a ser atendida na Escola Isolada Federal Posto Indígena Xaçecó. Em 1984, passa a chamar-se Escola Isolada Federal Vitorino Kondá, situada na aldeia Jacu. Por meio da portaria E488/88 de 30 de dezembro de 1988, a escola passa a atender também ao ensino de 5ª a 8ª série, passando de Escola Isolada para Escola Básica Federal Vitorino Kondá. Em 1994, pela Portaria 221/94, teve seu nome alterado para Escola Básica Vitorino Kondá. Em 1997, novamente, seu nome foi alterado para Colégio Estadual Vitorino Kondá. As alterações se deram na busca de ampliar o atendimento escolar à comunidade indígena. A Portaria E/014/SED de 27 de janeiro de 1998 autorizou o atendimento à 1ª série do ensino médio. No ano de 2000, foi pioneira no país, ao formar a primeira turma de ensino médio, em escola localizada em Terra Indígena. A partir de fevereiro/2000, por decisão coletiva, passou a denominar-se Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkrê, após a comunidade ter realizado estudo sobre a personalidade de Vitorino Kondá. NÖTZOLD, 2003, p. 16-29. Relato da Reunião Técnica Pedagógica Inter-Institucional de 28 de novembro de 1991; Atas APP n.ºs 10/98 de 08 de dezembro de 1998; 09/99 de 09 de setembro de 1999; 12/99 de 07 de outubro de 1999; 14/99 de 18 de novembro de 1999, Acervo LABHIN/UFSC.

Referências:

AARRUDA, Mara Paulina Wolff. **Antonio Selistre de Campos. "O Guardador da Cidade"**. Monografia apresentada ao Curso de Pós-graduação em História: Cidade, Cultura e Poder na Universidade Comunitária Regional de Chapecó, UNOCHAPECÓ, como requisito para obtenção do diploma de especialista em História, 2002.

Ata da Associação de Pais e Professores/APP da Escola Básica Vitorino Kondá, n.º. 10/98 de 08 de dezembro de 1998. Acervo LABHIN/UFSC.

Ata da Associação de Pais e Professores/APP da Escola Básica Vitorino Kondá, n.º. 09/99 de 09 de setembro de 1999. Acervo LABHIN/UFSC.

Ata da Associação de Pais e Professores/APP da Escola Básica Vitorino Kondá, n.º. 12/99 de 07 de outubro de 1999. Acervo LABHIN/UFSC.

Ata da Associação de Pais e Professores/APP da Escola Básica Vitorino Kondá, nº. 14/99 de 18 de novembro de 1999. Acervo LABHIN/UFSC.

BELINO, Floriano. **Entrevista concedida a Jackson Perez, Talita Daniel Salvaro e Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi.** Terra Indígena Xaçepó/SC, 23 de abril de 2007.

BELINO, Orides. **Aula Magna do Curso de Enfermagem Kaingáng.** Sala dos Conselhos. Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC. 15 de maio de 2002. Fita VHS nº 39. Duração 1:09"00'. Acervo Videoteca do LABHIN/UFSC.

CAMPOS, Antonio Selistre de. **Notas.** Documento Manuscrito, sem data. Acervo CIMI, Chapecó/SC.

CASSOL, Eliane Trevisan. **Entrevista concedida à Ana Lúcia Vulfe Nötzold.** Florianópolis, 12 de junho de 2000.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária.** 5ª impressão. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, SP, 2004.

Decreto nº. 736, de 06 de abril de 1936. Acervo FUNAI, Paranaguá/PR.

Escola dos Índios. 15 de fevereiro de 1939. Acervo CEOM, Chapecó/SC

Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Edições Vértice, vol. 2, n. 3, 1989.

FAG-JÓ-TÁ. **Depoimentos.** In: **Selistre de Campos. Amigo e Defensor dos Índios de Xaçepó e suas Terras.** 1978. Equipe de Pastoral Indígena – Diocese de Chapecó. Acervo CIMI, Chapecó/SC.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 11^a ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

Jornal **A Voz de Chapecó**. Prefeitura Municipal de Chapecó. 20 de fevereiro de 1949. Acervo Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

Jornal **A Voz de Chapecó**. Felicíssimo Belino. 30 de outubro de 1949. Acervo Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

Jornal **A Voz de Chapecó**. Índios. 05 de março de 1950. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

Jornal **A Voz de Chapecó**. Os Índios. 07 de maio de 1950. Acervo, CEOM, Chapecó/SC.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MAGALHÃES, Edvard Dias (Org.). **Legislação indigenista brasileira e normas correlatas**. Brasília: FUNAI/DEDOC, 2002.

NACKE, Aneliese; RENK, Arlene; PIOVEZANA, Leonel, BLOEMER, Neusa Maria Sens. **Os Kaingáng no Oeste catarinense: tradição e atualidade**. Chapecó: Argos, 2007.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. **Nosso vizinho Kaingáng**. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 2003.

PIOVEZANA, Leonel. A educação no contexto indígena Kaingang. In: NACKE, Aneliese; RENK, Arlene; PIOVEZANA, Leonel,

BLOEMER, Neusa Maria Sens. Os Kaingáng no oeste catarinense: tradição e atualidade. Chapecó: Argos, 2007.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro: Edições Vértice, vol. 2, n. 3, 1989.

Relato da Reunião Técnica Pedagógica Inter-Institucional de 28 de novembro de 1991. Acervo LABHIN/UFSC.

Regional Sul do CIMI – por ocasião da passagem dos 20 anos da morte de Antonio Selistre de Campos. Selistre de Campos. Um Homem em Defesa dos Índios. Dezembro de 1977. Acervo CIMI, Chapecó/SC.

Requerimento de Aposentadoria do Professor Felicíssimo Belino. Acervo Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

SILVA, Lúgia Osório. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

TAUKANE, Darlene. **A história da educação escolar entre os Kurâ-Bakairi.** Cuiabá: Ed. do autor, 1999.

Abstract

The record of the creation of the first school for the Kaingáng and its first indigenous teacher, Felicíssimo Belino, is part of the history of this ethnic group from Western Santa Catarina. The school was created in 1937, through the initiative of judge Antonio Selistre de Campos, who worked in the Jurisdiction of Chapecó/SC from 1931 to 1947. The year the school was built is inserted in the educational plans of the New State (1937-1945), in which education should begin in the center toward the periphery in order to adapt schools to regional characteristics. Following the ethno-history methodology, articles by Antonio Selistre de Campos published in the newspaper *A Voz de Chapecó* are used in the written sources category; and interviews held in Terra Indígena Xapeco/SC are used in the oral sources category.

Keywords: Education, School, Felicíssimo Belino, Kaingáng, Memory